

# ATA DA 105ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CMGDT

Aos vinte e seis dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezessete, às dezoito horas e cinquenta minutos, em primeira chamada, deu-se o início da 105ª reunião extraordinária do Conselho Municipal de Gestão e Desenvolvimento Territorial do Município de Itajaí – CMGDT, na sala de reuniões da Secretaria Municipal de Comunicação Social – SECOM, na Prefeitura de Itajaí, situada na Rua Alberto Werner nº 100, Vila Operária, neste Município, onde se fizeram presentes os seguintes conselheiros, representando suas respectivas entidades: o Presidente do CMGDT, Sr. Rodrigo Lamim - representando a Secretaria Municipal de Urbanismo (SMU), Sr. Rafael da Silveira Santos Albuquerque – Secretaria Municipal de Urbanismo, Sr. Giovani Felix – Secretaria de Emprego e Renda, Mauro Renato Marcelino – Secretaria da Fazenda, Sr. Jackson Neri da Câmara – Secretaria Municipal de Segurança, , Sr. Gibran Scolari – Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão, Sr. Patrick Soares – FAMAI, Sr. Nei Dionísio Locatelli – SEMASA, Sra. Evelise Moraes Ribas Wiersinski - Fundação Genésio de Miranda Lins, Sra. Flávia Cristina Fanta Sehn – Associação dos Moradores do km 12, Baía e Paciência, Sr. Josemar Siemann – Associação dos Moradores do Bairro São João, Sr. Erminio Castro – Associação dos moradores do BNH, Sr. Roberto Carlos Raimundo – UNAMI, Sr. Flávio D'Marchi Coelho – Associação dos Moradores de Cabeçadas, Sr. Marcio Cristiano Dorneles Dias – APROBRAVA, Sr. Marcio Aurélio Guapiano – Sindicato dos Conferentes, Sr. Eduardo Luís Agostini da Silva – Sindicato da Indústria da Construção Civil dos Municípios da Foz do Rio Itajaí (SINDUSCON), Sr. Leonardo Ferreira Santos – ACI-I, Sra. Elen Cristina Soares Neves – AGENDA 21. **I – abertura e informes da presidência:** O Presidente agradeceu a presença de todos, justificou as ausências dos representantes da UNIBRAVA, CRECI E AREA, informou também a retirada de pauta da Apresentação pela secretaria de Habitação do projeto para o loteamento popular na Paciência – Programa Minha Casa Minha Vida. **II – aprovação da pauta:** O Presidente apresentou a pauta que foi enviada previamente a todos os conselheiros na convocação e foi aberto para sugestões e não havendo, a pauta foi colocada em votação sendo aprovada por unanimidade. **III – Debate e votação da ata das reuniões anteriores:** Foi colocada em apreciação e debate as atas das 103ª e 104ª reuniões do CMGDT, não havendo quem quisesse se manifestar, foram colocadas em votação e aprovadas por unanimidade. **IV - Apresentação, debate e votação dos assuntos em pauta:** dando sequência o presidente iniciou a apresentação dos assuntos pautados, iniciando pela solicitação de consulta prévia (**Protocolo nº 10320/2017**) requerido por Leandro Wegner, para a construção de empreendimento multifamiliar na Rua Suécia, entre os números 454 e 458, Praia Brava; considerando que o local onde se pretende instalar o empreendimento, segundo o Código de Zoneamento, Parcelamento e Uso do Solo (Lei Complementar nº 215/2012), é considerado ZU2 – Zona Urbana 2 e ZPA 1 – Zona de Proteção Ambiental 1; considerando que o terreno enquadra-se como uso permissível conforme anexo II tabela “A” da Lei Complementar nº 215/2012, cabendo a anuência do CMGDT; foi apresentado imagens do local e aberto a discussão, segundo o presidente a referida solicitação não cabe deliberação do conselho, porém deixou aberto para quem quisesse se manifestar, segundo o conselheiro Eduardo o solicitante deve se enquadrar no que já está disposto na lei conforme o que vem se aplicando. Não havendo mais manifestações o presidente solicitou que constasse em ata que o assunto não cabe deliberação do conselho. Seguindo a pauta foi apresentada a Solicitação conforme o **protocolo 11530/2017**, requerido por Charles Solon Coelho, para permissão de emissão de alvará de funcionamento de atividades de lazer e cultura, Casa de Festas, na Rua Moisés Gamba, 08 - Brilhante, considerando que o local, segundo o Código de Zoneamento, Parcelamento e Uso do Solo (Lei Complementar nº 215/2012), é uma ZTRA – Zona de Transição Rural Ambiental, e que o uso pretendido se encaixa em CSE – Comércio e Serviço Específico, conforme alínea “b”, inciso VII do Art. 60), foi apresentado as imagens da localização e aberto a debates, a conselheira Flávia informou que conhece o local e explicou que no referido local são feitos eventos diversos no período diurno e que a mesma não tem nada contra a solicitação, não havendo mais manifestações foi colocado em votação e aprovado por unanimidade, em sequência foi apresentada a Solicitação conforme o **protocolo 11985/2016**, requerido por Instituto Lar da Juventude de Assistência e Educação, CNPJ 84.305.440/0001-47, para emissão de alvará para permissão de utilização do solo para instalação de atividades de comunicação, antena

# ATA DA 105ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CMGDT

para telefonia, na Rua Airton Rogério Tridapalli, 102 – Nossa Senhora das Graças, considerando que o local, segundo o Código de Zoneamento, Parcelamento e Uso do Solo (Lei Complementar nº 215/2012), é uma ZU2 – Zona Urbana 2, e que o uso pretendido se encaixa em CSE – Comércio e Serviço Específico, conforme alínea “c”, inciso VII do Art. 60), apresentada as imagens da localização e aberto a discussão, a conselheira Flávia questionou sobre a legislação de implantação de torres de telefonia, disse que a atual dificulta muito e prejudica principalmente quem necessita de sistema de comunicação, acredita que deveria ser menos burocrática, não havendo mais manifestações foi colocado em votação e aprovado por unanimidade. Dando sequencia foi apresentada a solicitação conforme o **protocolo 11137/2017**, requerido por AMS Empreendimentos Imobiliários Ltda - ME, para permissão de emissão de alvará para instalação de uma unidade industrial, para beneficiamento de resíduos industriais, recicladora, na Rua Marcos Antônio da Cunha, 251, Arraial dos Cunhas, considerando que o local, segundo o Código de Zoneamento, Parcelamento e Uso do Solo (Lei Complementar nº 215/2012), é uma ZTRA – Zona de Transição Rural Ambiental, considerando que o uso informado no processo se encaixa em indústrias de alto impacto (I3), conforme alínea “c”, inciso IV do Art. 60; e que o local enquadra-se como uso permissível conforme anexo II tabela “A” da Lei Complementar nº 215/2012, cabendo a anuência do CMGDT, foi apresentada a localização e aberto a discussão, a conselheira Flávia se pronunciou questionando sobre o empreendimento, pois gostaria de mais informações sobre a instalação e sistema de trabalho da empresa, lembrou que recentemente a comunidade teve problemas com a instalação de uma unidade pertencente a GDC alimento e que a principio não causaria odor e que na verdade se mostrou contrario ao apresentado ao conselho e que por força judicial a planta acabou por ser embargada, uma industria de reciclagem de resíduos provavelmente também causará esse tipo de problema, solicitou que o assunto seja transferido para a próxima reunião e que sejam convidados representantes da empresa para tirar as dúvidas necessárias, o secretário Taicil informou que era para o representante estar presente, e que os mesmos tiveram na ultima reunião que não houve quorum, porém o mesmo estava no Rio de Janeiro e impossibilitado de estar presente, o conselheiro Rafael Albuquerque falou um pouco sobre a empresa mas que também não tinha muito conhecimento sobre a mesma. Conselheiro Eduardo pontuou que cada vez mais existirá a necessidade de se reciclar o lixo gerado pelos municípios e que acredita que o local escolhido vai impactar menos do que se for instalado mais próximo da área urbana, a conselheira Flávia disse que o ideal seria a implantação mais próxima de onde hoje é o aterro sanitário. O presidente consultou o plenário para a possibilidade de se adiar a apresentação desta solicitação na próxima reunião ordinária que se dará no período de 15 (quinze) dias, colocado em votação a mesma foi adiada. Dando sequencia foi apresentada a solicitação conforme o **protocolo 11844/2017**, requerido por Igreja Batista Maranata, para permissão de emissão de alvará de instalação de atividades de lazer e cultura, templo religioso, na Rua Santa Luzia, 332, Dom Bosco, considerando que o local, segundo o Código de Zoneamento, Parcelamento e Uso do Solo (Lei Complementar nº 215/2012), é uma ZU2 – Zona Urbana 2, e que o uso pretendido se encaixa em CSE – Comércio e Serviço Específico, conforme alínea “b”, inciso VII do Art. 60), cabendo a anuência do CMGDT, apresentada a localização e aberta a discussão e não havendo pronunciamentos foi colocada em votação e aprovada por unanimidade, em seguida foi apresentada a solicitação conforme o **protocolo 10732/2017**, solicitado por Rosa Ferreira, para permissão de emissão de alvará de implantação de empreendimento multifamiliar, na Rua Albino Gugelmin, 109, 103 e 113, São João, considerando que o local, segundo o Código de Zoneamento, Parcelamento e Uso do Solo (Lei Complementar nº 215/2012), é uma ZAP – Zona de Apoio Portuário, e que o uso pretendido se encaixa em H2 – Habitação Multifamiliar, conforme alínea “b”, inciso I do Art. 60), cabendo a anuência do CMGDT, apresentada as imagens da localização e aberto a debates o conselheiro Eduardo questionou sobre a implantação da VEP (Via Expressa Portuária), se o traçado da mesma não implicaria uma futura desapropriação dos futuros moradores do empreendimento. Não tendo maiores informações optou-se por se transferir a análise para a próxima reunião com a presença de um responsável. Na sequência foi apresentada a solicitação conforme o **protocolo 4004/2017**, solicitado por Kewin Mundy, para permissão de emissão de alvará de im-

# ATA DA 105ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CMGDT

plantação de Condomínio fechado, na Rua Paulo Hebert, 438, Cabeçadas, considerando que o local, segundo o Código de Zoneamento, Parcelamento e Uso do Solo (Lei Complementar nº 215/2012), é uma ZPA 1 – Zona de Proteção Ambiental 1 e ZR2 – Zona Residencial 2, e que o uso pretendido se encaixa em H2 – Habitação Multifamiliar. A anuência do CMGDT esta prevista no item III do Art. 57 da Lei Complementar 215/2012, foi apresentada a localização e aberta a discussão, o representante Sr. Rogério Heusi explicou o projeto aos conselheiros, o presidente ficou em dúvida sobre a questão da permissibilidade, o conselheiro Josemar sugeriu que também se adiasse a análise para que se possam ter mais informações sobre o projeto e as leis, em análise ao plenário o assunto foi adiado para próxima reunião. Em análise a solicitação conforme o **protocolo 11675/2017**, solicitado por Paulo Renato Rosa, para permissão de emissão de alvará de implantação de empreendimento multifamiliar, na Rua Tiburcio de Freitas, 80, Barra do Rio, considerando que o local segundo o Código de Zoneamento, Parcelamento e Uso do Solo (Lei Complementar nº 215/2012), é uma ZAP – Zona de Apoio Portuário, e que o uso pretendido se encaixa em H2 – Habitação Multifamiliar, conforme alínea “b”, inciso I do Art. 60), cabendo a anuência do CMGDT, apresentada a localização e tendo em vista ser a mesma situação de análises anteriores; com anuência do plenário, o assunto também foi adiado para a próxima reunião. Solicitação conforme o **protocolo 5078/2017**, requerido por Gabriel Elizio de Oliveira – SOUL BEACH CLUB, para permissão de emissão de alvará de funcionamento de atividades de lazer e cultura, Casa de Festas Beach Club, na Rua José Medeiros Vieira, 576 – Praia Brava, considerando que o local, segundo o Código de Zoneamento, Parcelamento e Uso do Solo (Lei Complementar nº 215/2012), é uma ZR1 – Zona Residencial 1, e que o uso pretendido se encaixa em CSE – Comércio e Serviço Específico, conforme alínea “b”, inciso VII do Art. 60), cabendo a anuência do CMGDT, apresentada a localização, foi colocado em discussão, o presidente informou se tratar de uma regularização, aberta a discussão e não havendo pronunciamento foi colocado em votação e aprovado por maioria do plenário com quatro votos contrários. Solicitação conforme o **protocolo 12068/2017**, requerido por GAP – Grupo de Apoio Psiquiátrico SS, que solicita viabilidade de alteração de endereço, de atividade ligadas a saúde e assistência social, Clínica psiquiátrica, na Rua Julio Willerding, 200, bairro Fazenda, considerando que o local, segundo o Código de Zoneamento, Parcelamento e Uso do Solo (Lei Complementar nº 215/2012), é uma ZU2 – Zona Urbana 2, e que o uso pretendido se encaixa em CSE – Comércio e Serviço Específico, conforme alínea “a”, inciso VII do Art. 60), cabendo a anuência do CMGDT, apresentado a localização o presidente lembrou que o conselho já havia liberado a instalação em outro endereço, não havendo discussão, foi colocado em votação e aprovado por unanimidade. Solicitação conforme o **protocolo 11748/2017**, requerido por Euzébio Pereira Neto, para permissão de emissão de alvará de instalação de atividades de lazer e cultura, templo religioso, na Rua Leodegário Pedro da Silva, 150, Barra do Rio, considerando que o local, segundo o Código de Zoneamento, Parcelamento e Uso do Solo (Lei Complementar nº 215/2012), é uma ZPN – Zona Pesqueira Naval, e que o uso pretendido se encaixa em CSE – Comércio e Serviço Específico, conforme alínea “b”, inciso VII do Art. 60), cabendo a anuência do CMGDT, não havendo quem quisesse se pronunciar, foi colocado em votação e aprovado por unanimidade. Solicitação conforme o **protocolo 11853/2017**, requerido por Igreja Universal do Reino de Deus, para permissão de mudança de endereço e de emissão de alvará de instalação de atividades de lazer e cultura, templo religioso, na Rua Estefano José Vanolli, 671 – São Vicente, considerando que o local, segundo o Código de Zoneamento, Parcelamento e Uso do Solo (Lei Complementar nº 215/2012), é uma ZU3 – Zona Urbana 3, e que o uso pretendido se encaixa em CSE – Comércio e Serviço Específico, conforme alínea “b”, inciso VII do Art. 60), cabendo a anuência do CMGDT, apresentado a localização e informado que se tratava de mudança de endereço para a mesma via, porém para uma instalação mais ampla, aberto a debates e não havendo pronunciamentos foi colocado em votação e aprovado por unanimidade. Solicitação de real análise conforme o **protocolo 462106/2015**, requerido por Igreja Evangélica Jesus Cristo para o Mundo, para permissão de alvará de construção de atividades de lazer e cultura, templo religioso, na Rua das Acácias, 152 – São Vicente, considerando que o local, segundo o Código de Zoneamento, Parcelamento e Uso do Solo (Lei Complementar nº 215/2012), é uma

## ATA DA 105ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CMGDT

166 ZU3 – Zona Urbana 3, e que o uso pretendido se encaixa em CSE – Comércio e Serviço  
167 Específico, conforme alínea “b”, inciso VII do Art. 60), cabendo a anuência do CMGDT, apre-  
168 sentada a localização e colocado em debate, não havendo pronunciamentos foi colocado em  
169 votação e aprovado por unanimidade. Por ultimo foi apresentada a solicitação conforme o  
170 **protocolo 13046/2017**, requerido Castelo Montemar Restaurante e Evento Ltda, para per-  
171 missão de emissão de alvará de funcionamento de atividades de lazer e cultura, Casa de  
172 Festas, na Rua Antônio M. V. Drumond, 1155 - Fazenda, considerando que o local, segundo  
173 o Código de Zoneamento, Parcelamento e Uso do Solo (Lei Complementar nº 215/2012), é  
174 uma ZU2 – Zona Urbana 2, e que o uso pretendido se encaixa em CSE – Comércio e Servi-  
175 ço Específico, conforme alínea “b”, inciso VII do Art. 60), cabendo a anuência do CMGDT,  
176 apresentada a localização, o presidente informou que o solicitante fez alterações contratuais  
177 ajustando o estabelecimento para atividades de lazer e cultura conforme itens previstos na  
178 Lei Complementar nº 215/2012 e que o uso pretendido se encaixa em CSE – Comércio e  
179 Serviço Específico, conforme alínea “b”, inciso VII do Art. 60, ou seja, casa de festas, dance-  
180 terias e demais itens previstos na Lei, aberto a discussão e não havendo que quisesse se  
181 pronunciar, foi colocado em votação e aprovado por unanimidade. **V – apresentação de**  
182 **propostas de pauta para a próxima reunião:** Presidente abriu a palavra para propostas, o  
183 conselheiro Marcio Aurélio Guapiano solicitou que fossem convidados representantes da  
184 Seaside para dar esclarecimentos sobre a implantação do terminal de combustíveis a ser  
185 implantado no bairro São João, pois acredita que existem muitas dúvidas pertinentes ao pro-  
186 jeto, a solicitação foi aceita e o presidente se comprometeu em convidar os representantes  
187 para estarem presentes na próxima reunião para os devidos esclarecimentos. **VI – manifes-**  
188 **tações gerais:** Não houve pronunciamentos. **VII – encerramento:** Nada mais tendo a rela-  
189 tar, a reunião foi encerrada às 20h15min (vinte horas e quinze minutos), da qual se fez lavrar  
190 a presente ata lavrada por mim, Taicil Cesar da Luz, secretário, que vai assinada, pelo Pre-  
191 sidente do Conselho Municipal de Gestão e Desenvolvimento Territorial, Rodrigo Lamim, e  
192 pelos demais conselheiros que assim desejarem. **Itajaí/SC,**  
193 **26/10/2017.** \_\_\_\_\_(secretário) \_\_\_\_\_(Presidente).